

JANUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público. Brasília, abr./jun. 2005.

KAHN, T. Indicadores em prevenção municipal da criminalidade. In: Prevenção da violência: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MAGALHÃES, M. T. Metodologia para desenvolvimento de sistemas de indicadores: uma aplicação no planejamento e gestão da política nacional de transportes. (Dissertação de Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília. 2004.

UCHOA, C. E. Elaboração de indicadores de desempenho institucional. Brasília. Enap. 2013.

18-Disciplina: Planejamento Estratégico - 20h/a

Objetivo: Qualificar o aluno do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO) para o desenvolvimento e implementação de planejamentos estratégicos no processo de tomada de decisões, a partir das etapas da Abordagem Baseada em Problemas (PBL- Problem-Based Learning).

Conteúdo: Conceitos de planejamento estratégico. Metodologia de elaboração e implementação do planejamento estratégico. Diagnóstico estratégico. Missão, Visão e Valores institucionais. Controle e Avaliação do Planejamento Estratégico. Plano Estratégico do Corpo de Bombeiros Militar do Pará 2022-2031.

Referencial Bibliográfico:

BRASIL. Escola Superior de Guerra. Metodologia de Planejamento Estratégico. Rio de Janeiro: ESG, 2019.

_____. Corpo de Bombeiros Militar do Pará: Plano estratégico 2022-2031. Jaime Rosa de Oliveira. Jayme de Aviz Benjô. Rodrigo Martins do Vale. 1ª Edição. Belém, PA, 2022.

CAMPOS, V. F. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. 9 ed. INDG Tecnologia e Serviços, 2013.

KAPLAN, Robert S. I.; NORTON, David P. A estratégia em ação: Balanced Scorecard. 22. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

KOTLER, P. Administração de Marketing. 10ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MATUS, C. O método PES: entrevista com Matus. Entrevista concedida a Franco Huertas. 4.ed. São Paulo: FUNDAP, 2007.

MATUS, C. Política, planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1993.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Management não é o que você pensa. Porto Alegre: Bookman, 2011.

OLIVEIRA, D.P.R. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia, Práticas. São Paulo: Atlas, 2007

OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias e práticas. 34ª ed., São Paulo: Atlas, 2020.

19-Disciplina: Psicologia das Emergências e dos Desastres - 25h/a

Objetivo: Sistematizar conhecimentos sobre o processo psiconeuroendócrino como fator preponderante no comportamentos das vítimas de emergências, bem como dos próprios profissionais que atuam nos cenários de riscos e no gerenciamento de desastres, ampliando o entendimento de que os níveis de percepção do risco-perigo influenciam nas reações estimuladas por situações críticas e de crises; além de compreender a importância da Psicologia das Emergências e dos Desastres como ferramenta de gestão das atividades de Proteção e Defesa Civil.

Conteúdo: Estudo da Psicologia das Emergências e dos Desastres: Origem, pontos históricos, conceitos, definições; Reações adaptativas diante do medo: reação psiconeuroendócrina; Fisiologia do medo influenciada pela avaliação do risco-perigo; Respostas adaptativas em eventos críticos adversos: desgaste emocional e físico do organismo devido a mobilização de energia; Imunodepressão como facilitadora do surgimento de doenças do trabalho; Psicologia das Emergências e dos Desastres nas ações de Proteção e Defesa Civil: construção da resiliência emocional dos sobreviventes para o desenvolvimento de uma comunidade resiliente; Psicologia das Emergências e dos Desastres aplicada aos profissionais Bombeiros Militares: estratégias profiláticas para prevenção e redução dos níveis de estresse psicológico, bem como restabelecimento ou reforço de seu grau de resiliência.

Referencial Bibliográfico:

CARDOSO, Luiz A. O Medo e a percepção de Risco-Perigo. Florianópolis, Prelo.

GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

RIPLEY, Amanda. Impensável: como e por que as pessoas sobrevivem a desastres. São Paulo: Globo, 2008.

SANTA CATARINA. Psicologia das emergências e dos desastres: aplicada às ações da defesa civil. Luiz Antônio Cardoso. Florianópolis: Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, 1ª Edição, 2020.

SILVERTHOM, Dee U. Fisiologia humana: uma abordagem integrada. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

SOUZA, Neyde L. de F. A atuação da psicologia em desastres e emergências: uma visão estratégica. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/227>.

20-Disciplina: Legislação Básica Institucional - 50h/a

Objetivo: Capacitar os alunos para conhecer as legislações institucionais em uso para o exercício administrativo das funções da Corporação, que exigem domínio dos amparos legais para tramites administrativos, do atendimento ao público, responsabilidades administrativas e repercussão das tomadas de decisões quanto à integridade moral e legal.

Conteúdo: LEI Nº 5.251, DE 31 DE JULHO DE 1985. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Estado do Pará e dá outras providências; LEI Nº 5.731, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1992. Dispõe sobre a organização básica do CBMPA; LEI Nº 7.480, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010. Lei de fixação do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Pará; LEI Nº 8.388, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016, dispõe sobre a promoção dos Oficiais da Polícia Militar do Pará (PMPA) e dá outras providências. LEI Nº 8.403, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016, dispõe sobre o ingresso e promoções nos Quadros de Oficiais de Administração (QOA) e de Oficiais Especialistas (QOE); LEI Nº 9.161, DE 13 DE JANEIRO DE 2021, Dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina do Corpo de Bombeiros Militar do Pará; LEI Nº 9.207,

DE 13 DE JANEIRO DE 2021, Dispõe sobre a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil no Estado do Pará; LEI Nº 9.234, DE 24 DE MARÇO DE 2021, Dispõe sobre o Código Estadual de Segurança contra Incêndio e Emergências; LEI Nº 9.323, DE 07 DE OUTUBRO DE 2021, Dispõe sobre o Sistema de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar do Pará; LEI Nº 9.387, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, Altera a Lei Estadual nº 4.491, de 28 de novembro de 1973, que institui novos valores de remuneração dos Policiais Militares; a Lei Estadual nº 5.162-A, de 16 de outubro de 1984, que dispõe sobre o ingresso e promoções nos Quadros de Oficiais de Administração (QOA) e de Oficial Especialista (QOE); a Lei Estadual nº 5.251, de 31 de julho de 1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado do Pará e dá outras providências; a Lei Estadual nº 6.564, de 1º de agosto de 2003, que dispõe sobre a estruturação do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV), e dá outras providências; a Lei Estadual nº 6.626, de 3 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre o ingresso na Polícia Militar do Pará (PMPA) e dá outras providências; a Lei Estadual nº 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, que institui o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará (PMPA); a Lei Estadual nº 8.230, de 13 de julho de 2015, que dispõe sobre a promoção dos praças da Polícia Militar do Pará (PMPA); e a Lei Estadual nº 8.388, de 22 de setembro de 2016, que dispõe sobre a promoção dos Oficiais da Polícia Militar do Pará (PMPA) e dá outras providências; e dá outras providências. LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, Institui o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará; DECRETO Nº 1052, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020, institui a Norma Serviços Administrativos, Preventivos e Operacionais do CBMPA;

Referencial Bibliográfico:

Melo, José Messias Gomes, Vade Mecum do Policial Militar do Pará. Belém, CEJUP, 2013.

Dantas, Romeu Teixeira, Coletânea de Legislação da PMPA. Belém, Cejup, 1997. Volume 2.

PARÁ, Lei Estadual nº 5.251, de 31 de julho de 1985. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Estado do Pará e dá outras providências, 1985.

PARÁ. Lei Estadual nº 5.731, de 15 de dezembro de 1992. Dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Pará e dá outras providências, 1992;

PARÁ, Lei nº 7.480, de 17 de novembro de 2010. Lei de fixação do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, 2010

PARÁ, Lei nº 9.161, de 13 de janeiro de 2021, Dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, 2021.

PARÁ, Lei nº 9.207, de 13 de janeiro de 2021, Dispõe sobre a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil no Estado do Pará, 2021.

PARÁ, Lei nº 9.234, de 24 de março de 2021, Dispõe sobre o Código Estadual de Segurança contra Incêndio e Emergências, 2021.

PARÁ, Lei complementar nº 142, de 16 de dezembro de 2021, Institui o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará, 2021.

21-Disciplina: Fundamentos do Direito Apuratório no CBMPA - 40h/a

Objetivo: A disciplina visa apresentar ao aluno os conceitos, interpretações e princípios basilares do Direito Penal Militar, Direito Processual Penal Militar e Direito Administrativo Disciplinar Militar, preparando-o para aplicar tais conhecimentos nos serviços da corporação, quando requisitado. Seu escopo consiste no estudo do Direito, dos crimes militares, dos procedimentos processuais penais, das transgressões disciplinares e dos processos administrativos disciplinares militares em vigor na Corporação.

Conteúdo: Direito Penal Militar e Processual Penal Militar Aplicado: Crime, Crime Militar e Crimes Militares em espécie; Polícia Judiciária Militar; Auto de Prisão em Flagrante (APF): Conceitos e objetivos; Legislações pertinentes; Ritos a serem seguidos; Modelos; Responsabilidades das partes envolvidas. Inquérito Policial Militar (IPM): Conceitos e objetivos; Legislações pertinentes; Ritos a serem seguidos; Modelos; Responsabilidades das partes envolvidas. Instrução Provisória de Deserção; Conceitos e objetivos; Ritos a serem seguidos; Modelos. Prática dos procedimentos processuais penais. Transgressões disciplinares. Conceito; Dever de noticiais transgressões disciplinares para a autoridade competente; Transgressões disciplinares em espécie. Procedimentos Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS) Conceitos e objetivos; Ritos a serem seguidos; Modelos; Responsabilidades das partes envolvidas. Sindicâncias: Conceitos e objetivos; Ritos a serem seguidos; Modelos; Responsabilidades das partes envolvidas; Procedimento Apuratório Preliminar e Termo de Ajuste de Conduta: Conceitos e objetivos; Ritos a serem seguidos; Modelos; Responsabilidades das partes envolvidas. Conselho de Disciplina: Conceitos e objetivos; Legislações pertinentes; Ritos a serem seguidos; Modelos; Responsabilidades das partes envolvidas. Conselho de Justificação: Conceitos e objetivos; Legislações pertinentes; Ritos a serem seguidos; Modelos; Responsabilidades das partes envolvidas.

Referencial Bibliográfico:

ASSIS, Jorge Cesar de. Curso de direito disciplinar militar: da simples transgressão ao processo administrativo. Curitiba: Juruá, 2008.

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Processo Administrativo Disciplinar. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

BRASIL. Decreto-lei 1.001, de 21 de outubro de 1969. Código penal militar. Brasília: Presidência da República, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm. Acesso em: 4 junho 2022.

BRASIL. Decreto-lei 1.002, de 21 de outubro de 1969. Código de processo penal militar. Brasília: Presidência da República, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1002.htm. Acesso em: 4 junho 2022.

BRASIL. Lei 9.784, de 7 de julho de 1995. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília: Presidência da República, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm. Acesso em: 4 junho 2022.